



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA,
TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA

PRESIDENTE: SENIVAL MOURA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 14/08/2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Documento lido não transcrito

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Bom dia a todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, declaro abertos os trabalhos da 3ª audiência pública do ano de 2019, convocada para hoje, 14 de agosto de 2019.

Esta audiência foi convocada em cumprimento à Lei nº 13.094 do ano 2000 para análise dos dados coletados pelo Sistema de Controle, Fiscalização, Gerenciamento e Gestão do Transporte Coletivo Municipal, referente ao período de janeiro de 2017 a julho de 2019.

Informo que esta audiência está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br link Auditórios Online.

Foram convidados para participar desta audiência o Sr. Edson Caram, Secretário Municipal de Mobilidade e Transportes, que mandou representante e, se for o caso, irá se pronunciar; e o Sr. Paulo Cezar Shingai, Diretor-Presidente da São Paulo Transporte – SPTrans, que aqui está representado.

Vou fazer a leitura da justificativa do Presidente da SPTrans. “Cumprimentando-o cordialmente, agradeço o honroso convite para comparecer à audiência pública da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, que se realizará em 14/08/2019, às 11h30, na Câmara Municipal de São Paulo. Contudo, impossibilitado de comparecer devido à incompatibilidade com compromissos oficiais incontornáveis de última hora, apresento minhas escusas. Estou certo de que o evento será coroado de pleno êxito. Cumprimento o ilustre Presidente, Vereador Senival Moura, e parabeno os demais nobres integrantes dessa valorosa Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, por tão significativa atuação. Se faz propícia à oportunidade para permanecer sempre à disposição e reiterar meus sentimentos de especial consideração e apreço ao Vereador Senival Moura, Presidente da Comissão de Trânsito e Transporte. Paulo Cezar Shingai, Diretor-Presidente da SPTrans”.

Iniciaremos a nossa apresentação juntamente com a Assessoria Técnica, sob o comando do Sr. Fernando Machado, que vai fazer apresentação dos dados da SPTrans correspondentes ao período de janeiro de 2017 a julho de 2019.

O SR. FERNANDO MACHADO – Bom dia a todos e a todas. Iremos apresentar os

dados enviados à Câmara Municipal de São Paulo pela SPTrans sobre o Sistema de Transporte do Município de São Paulo. Esses dados estão em conformidade com a lei nº 13.094, do ano 2000, oriunda do Projeto de Lei nº 484/97, de autoria do Vereador Devanir Ribeiro. Essa lei estabelece o envio de seis conjuntos de informações diferentes que a municipalidade tem de dar para a Câmara Municipal de São Paulo.

O primeiro item seria o número de passageiros transportados. Estamos vendo, desde a última audiência pública que ocorreu em 2017, que houve uma queda no número de passageiros transportados. Então o que acontece? Estamos vendo que o sistema está apresentando uma queda nos últimos doze meses, a contar de junho de 2018/2019. Você vai ver que houve uma diminuição de 4,29% no número de passageiros transportados. Se olharmos para os últimos 24 meses, ou seja, de junho de 2019 a julho de 2017, veremos uma queda de 8% no número de passageiros transportados na concessão; e 4,13% no sistema local. No todo temos a diminuição de 6,37% no número de passageiros transportados no âmbito do sistema.

O segundo item seriam os valores arrecadados através da tarifa de transporte. O valor da tarifa teve um crescimento de 5,06%, comparando aos valores dos últimos 12 meses. Se eu olhar para os valores dos últimos 24 meses, ou seja, de 2017 a 2019, vou ter um aumento de 10,28%. Para que tenham uma ideia, esse valor de 5,06% dos 12 meses passados é superior à inflação do período, que foi 3,8% medido pela FIPE. Se olharmos para os últimos 24 meses, vamos ter um aumento de 10,28% na receita tarifária se comparado a uma inflação de 6,49%.

O terceiro item é relativo à frota programada. Essa frota ficou praticamente estável, estou falando de mais ou menos 13.300 veículos. Essa frota sofreu variação inferior a 1%, tanto nos últimos 12 meses quanto nos últimos 24 meses.

Quanto ao número de multas aplicadas nos ônibus, nos sistemas local e estrutural, esse número varia muito com o tempo. Então vejo que houve uma queda de 22,28% se compararmos o número de multa nos últimos 12 meses. Se compararmos com os últimos 24

meses, vejo que o número de multas caiu em 22,77%. Então praticamente houve queda que se manteve durante os últimos 24 meses.

Agora, o quinto item se refere aos valores devidos às empresas. Podemos perceber a magnitude porque vou falar de bilhões de reais quanto ao custo do sistema, as empresas são remuneradas pelo serviço prestado no sistema estrutural e no sistema local. Aqui se percebe que houve um aumento no valor da remuneração das empresas de 4,16%. Esse valor está em linha com a inflação de 3,88%, pois a diferença é muito pequena. Vale dar uma nota de rodapé nesta apresentação no sentido de que parte dos valores repassados às empresas representa custos do passado, ou seja, as empresas prestaram serviços e só estão recebendo o dinheiro agora, de forma atrasada. Isso faz com que o nosso cálculo não seja exato. A empresa pode estar recebendo um valor que é devido de um serviço prestado anteriormente, e esse valor poderá distorcer a nossa conta.

Agora, dois itens dessa lei não foram atendidos pelo Executivo. O primeiro é o gasto com a manutenção do sistema. O sistema tem valores operacionais e de infraestrutura. Mas há custos de Gestão, por exemplo, que não estão aqui. E há custos de operação de infraestrutura, como o dos terminais, que fazem parte do sistema, porém, não estão expressos nas informações que nos foram mandadas.

O segundo estabelece que exista a necessidade de se colocar no custo, no custeio das operações referentes aos valores os gastos com salários dos empregados e com os vales-refeição distribuídos aos funcionários. Isso não foi atendido pelo Executivo, fizeram uma justificativa que tecnicamente não nos cabe comentar - que está no ofício - e é mais um aspecto de não nos prestarem informações.

Então, como conclusão, dos seis itens que deveriam ter sido mandados pela Lei nº 13.094, quatro foram atendidos.

Existe agora a oportunidade do aprimoramento dessa lei. Por exemplo, essa lei tem praticamente 20 anos. Ela diz que o Executivo tem de mandar os dados em disquete, isso deveria ser aperfeiçoado. Existe a questão dos custos de remuneração das empresas, que são

mandados, às vezes, com valores atrasados, que poderiam ser considerados separadamente para que houvesse a possibilidade de um cálculo melhor de valores.

Também concluímos que em termos de frota o sistema está estável, apresenta uma queda que, para nós, é preocupante quanto ao número de passageiros transportados. Há queda também nas multas aplicadas e há aumento da arrecadação tarifária, que está acima da inflação. Então o aumento de 5,06% da arrecadação tarifária versus a inflação de 3,88% e 10,28% nos valores da tarifa aumentando em dois anos versus uma inflação de 6,49%.

Também em relação à remuneração dos operadores, está em linha tanto com a inflação do período em 12 meses quanto para 24 meses.

Por fim, quanto aos valores da remuneração, como já dissemos, pode haver distorções porque pode estar sendo pago um atrasado não refletindo o custo da operação daquele mês.

Agradeço pela atenção. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Podemos observar na apresentação do relatório da SPTrans, no relatório do sistema de transporte que corresponde ao período apresentado, observa-se que houve redução no volume de passageiros transportados. Acho que se dá em função do desemprego que vem acontecendo no País, especialmente na cidade de São Paulo. Citemos também aqueles cortes no vale-transporte, no bilhete único estudantil.

Quero registrar as presenças dos nobres Vereadores Adilson Amadeu; Ricardo Teixeira; e Xexéu Tripoli.

Retomando, esses cortes trazem consequências. De certa forma, quando você corta certos investimentos - no caso o bilhete único estudantil, no caso o vale-transporte, que com o tempo passaram a fazer certa correção - obviamente afeta os dados, os números, que é a redução de passageiros transportados. E a frota de ônibus continua operando da mesma forma porque não se refere ao volume de passageiros. Mesmo com a redução do número de passageiros, os ônibus vão continuar a circular. Os ônibus têm de circular até para garantir o transporte ao usuário, aos trabalhadores que dependem do sistema de transporte todos os

dias.

Este é o relatório apresentado. Não há nenhum inscrito para fazer uso da palavra, para apontar questionamentos ou algum problema. Pergunto aos Pares que chegaram à audiência pública: querem usar a palavra? Querem fazer algum questionamento? Querem apontar algum problema? Se não olharam ainda o relatório, estará disponível, já combinei com a Assessoria da Comissão para enviar aos gabinetes dos Srs. Vereadores, para poderem estudar posteriormente e ver a forma de nós acrescentarmos algo que possa melhorar o sistema de transporte desta Cidade.

Via de regra, o relatório é baseado na lei, anualmente fazemos esta apresentação para deixar tudo registrado. Acredito que os nobres Vereadores estão contemplados.

Vereador Adilson Amadeu, V. Exa. quer tecer algum comentário? Perguntas?

O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Presidente, bom dia, bom dia a todos.

Quero parabeniza-lo pela audiência da semana passada, que foi superproveitosa.

Hoje estou vendo – além dos demais presentes – na plateia o Presidente da Associação do Transporte Escolar, Anderson Malafaia, que tem feito trabalho maravilhoso para todos.

Rapidamente, agora falando da audiência de hoje, referindo-me à diminuição do número de colaboradores do sistema, a perda é de oito mil passageiros/dia?

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Eram oito milhões de passageiros, e foi reduzido esse número, e é natural porque é em função do desemprego. Há desemprego na Cidade, obviamente não estarão circulando todos os dias porque não estão trabalhando, estão procurando emprego, e quando se está procurando emprego, circulam menos. Então uma das justificativas é essa, e eu estou imaginando até por conhecer o sistema de frota da Cidade da forma como eu conheço. Uma das razões é essa, a frota foi mantida, foi mantida a OSO - Ordem de Serviço Operacional. Esse é um primeiro fator.

Um segundo fator que acredito tenha contribuído, por exemplo, é quando houve a redução no bilhete estudantil, que obviamente interferiu. Quando teve aquele problema no vale-

transporte, interferiu também nesses números. Essa é a minha opinião.

O SR. ADILSON AMADEU – Presidente, a sua opinião é superválida. O Presidente desta comissão é superconhecedor, há tantos anos falando a respeito de trânsito e transporte na cidade de São Paulo. É que quando o Adilson Amadeu, vereador, humildemente falou para todas as empresas, para todo o setor público, metrô, que estamos tendo uma invasão na cidade e no Brasil, que hoje tem um milhão e meio de veículos de aplicativos trabalhando, que às vezes fica mais barato pegar o carro desses escravos do que pegar um transporte. O que está acontecendo? Acredito que 30% estão migrando para esse serviço, que ainda não é regular. Dos 250 mil trabalhando na cidade de São Paulo, esses carros de aplicativos, pelo menos 80 mil estão sem a documentação.

Agora, quando uma associação ou sindicato de transportes não tomam providências também fico muito triste, porque sobrou só para os taxistas e agora eles graças a Deus estão trabalhando um pouco mais e quem está perdendo é exatamente o transporte. É lamentável, mas ao mesmo tempo, como sobrou só para nós, taxistas, defendermos contra esses “bicos”, esses escravos que entraram na profissão para tirar os passageiros tanto de ônibus, como de taxistas, as empresas estão sentindo na pele que também estão perdendo, haja vista que da Cidade Tiradentes ao metrô Carrão, um senhor condutor de aplicativo cobra de oito a 12 reais. A pessoa se sente o máximo em ir num carro que não é regulado e prefere não subir num ônibus. Então, é bem isso, o meu desabafo é mais ou menos dentro disso, de que com certeza 20 a 30% migraram para esse sistema novo, prático, irregular, de escravos, que estão arrecadando para americano e chinês.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Okay. Quero corroborar em termos com V.Exa., não entendi muito bem quando V.Exa. disse “graças a Deus, os taxistas estão trabalhando mais”. Não entendi o “graças a Deus”, porque o povo está indo e de certa forma está prejudicando o transporte urbano de passageiros. No meu ponto de vista, quem tem de tomar essa iniciativa de fiscalizar, porque realmente é fato o que V.Exa. acabou de dizer, é a própria SPTrans. Fiscalizar, porque tem de combater, pois está havendo, aí sim, um transporte

clandestino e coletivo, que deixa de ser individual. Ele passa a ser clandestino e coletivo, é o que está acontecendo em alguns pontos da Cidade.

V.Exa. citou Cidade Tiradentes a Carrão e quero citar também outro, que é da Cohab José Bonifácio até o metrô Itaquera, que está acontecendo com frequência. Essa denúncia já chegou e estamos encaminhando para a SPTrans tomar pé da situação, fazer a fiscalização e recolher esses veículos, porque passa a ser um transporte coletivo clandestino de passageiros, trazendo um prejuízo ao sistema de transporte da cidade de São Paulo. Isso é inaceitável, acho que nos dias de hoje isso não cabe mais. Isso tem de ser combatido, não tenho dúvidas disso, por isso eu disse que concordo com V.Exa., em termos. Só nesse sentido eu não entendi e pensei: “será que o Adilson achou bom que os caras estão invadindo o sistema de transporte de passageiros?” Não entendi.

O SR. ADILSON AMADEU – Pela ordem, Presidente. Quando eu alertei os sindicatos de transporte, os empresários, aliás, sentei com os empresários de transporte e falei: “Está acontecendo com os táxis, uma hora vai acontecer com os senhores” e pareceu que eu não estava falando nada e eles não ligaram muito. Então, falei com o catedrático vereador desta Casa também, que conhece muito a área de transporte, que começou a analisar a situação, só que está demorando seis anos para analisar.

Agora, meu Presidente e amigo Senival, precisamos tomar providências. Que providências estão sendo tomadas? Por exemplo, o pessoal de fiscalização do DTP está na rua. Sabe o que está acontecendo? Os irregulares desses “bicos”, desses escravos, estão querendo acompanhar a fiscalização do DTP, só que não estão vendo onde acompanhar, sabe por quê? Porque a fiscalização não está avisando e eu também não estou mais colocando nas redes onde a fiscalização está indo e graças a Deus já tem 715 ou 719 carros apreendidos em 40 dias e até o final de agosto deverá ter mil. Daí, vou fazer o que já falei, gosto de tomar água e suco, mas vou tomar uma caipirinha, porque realmente é demais.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Para comemorar?

O SR. ADILSON AMADEU – Para comemorar, se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Nobre Vereador Adilson, sempre parabeneizei V.Exa. pela sua atuação, justamente em função disso, porque V.Exa. é um ferrenho cobrador da SPTrans em tudo o que diz respeito a essa fiscalização, porque trabalhamos o tempo todo para encontrar uma forma de fazer essa regulamentação. Mas esses operadores de aplicativos, os que operam esse serviço, V.Exa. acabou de dizer que são escravos, mas que também...

O SR. ADILSON AMADEU – Condutores, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Os condutores.

O SR. ADILSON AMADEU – Eles são escravos porque são explorados, trabalham pagando de 15 a 27% na administração e esse dinheiro está indo para os Estados Unidos e para a China, que é uma invasão de divisa.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Em contrapartida, não fica nada na cidade de São Paulo para poder custear o sistema de transporte, que hoje está passando por uma situação de penúria, em função de uma série de fatores e um deles é esse. Então, sempre discutimos no sentido de encontrar uma forma de ter uma fiscalização, de ter uma legislação para fazer com que essas pessoas também tenham responsabilidades e obrigação no sistema de transporte na cidade de São Paulo. É isso o que queremos.

Só para finalizar essa audiência pública, vou ler esse comunicado.

- É lido o seguinte: *(Comunicado da SPTrans e CD com dados digitalizados)*

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Registradas as presenças dos Srs. Vereadores George Hato, Quito Formiga, Adilson Amadeu, Xexéu Tripoli.

Declaro encerrada a audiência pública.